



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS - INDEFERIMENTO

EMPRESA: ROMIL ALIMENTOS RIELI
CNPJ: 34.485.962/0001-08

Aos 26 (vinte e seis) dias, do mês de julho de 2021, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Secretário de Administração, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, com intuito de analisar e julgar o pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e do decreto nº. 7.892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 29/2021, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio solicitado pela empresa nos itens 2 e 3, pelos fundamentos que passa a expor.**

O recurso solicitando reequilíbrio de preços foi indeferido, pois, junto ao pedido não foram apresentados documentos necessários que comprovem a majoração dos valores dos produtos apresentados.

Segundo o edital que dispõe:

A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da ATA somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA/FORNECEDORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

Observa-se claramente neste item a necessidade da apresentação dos documentos que venham a comprovar o real prejuízo no contrato.

É pertinente citar o julgado do TCU afirmando a necessidade de demonstração clara da ocorrência dos fatos onerosos:

"Equilíbrio econômico-financeiro. Contrato. Teoria da Imprevisão. Alteração Contratual. A ocorrência de variáveis que tomam excessivamente onerosos os encargos do contratado, quando claramente demonstradas, autorizam a alteração do contrato, visando ao restabelecimento inicial do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento na teoria da imprevisão, acolhida pelo Decreto-Lei 2.300/86 e pela atual Lei n.º 8.666/93. (TCU, TC-500.125/92-9, Min. Bento José Bugarin, 27/10/94, BDA n.º 12/96, Dez/96, p. 834)."

"Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas"

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.375-000 – Navegantes – SC

1



Conforme preconiza Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

*“É recomendável que o administrador considere alguns tópicos como essenciais para a concessão do reequilíbrio: requerimento, **demonstração de desequilíbrio**, exame econômico das planilhas, análise jurídica do pleito, avaliação do preço reequilibrado e da proposta mais vantajosa, dotação orçamentária, decisão e periodicidade”.*

Ao requerer o Reequilíbrio Econômico Financeiro a empresa deve demonstrar que seus custos aumentaram, evidenciando a diferença de preço, sempre superior, entre a segunda e a primeira nota fiscal, porém isso não é o suficiente, também é preciso mais do que uma simples alteração nos preços de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato.

A lei exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) *fato do príncipe*; b) *fato da Administração*; c) *fato superveniente imprevisível*; ou, c) *fato previsível, mas de consequências incalculáveis*. Passa-se a explicação rápida cada uma delas.

- Para simplificar, **fato do príncipe e o fato da administração** são alterações de mercado provocadas por atos ou decisões do Poder Público. É o aumento de um determinado imposto, a proibição de comercialização de algum insumo, a restrição à importação do produto, o aumento de preços tabelados pelo governo, o atraso no pagamento, a exigência de algo não previsto originalmente no contrato, etc.

A diferença entre um e outro é que, no fato do príncipe, a causa do desequilíbrio é obra de um ente diferente daquele que contratou a empresa; no fato da Administração, é o próprio contratante o responsável por onerar mais o contratado.

- Um **fato superveniente**, por sua vez, significa algo imprevisível para a empresa, impossível de planejar. Esse fato não pode ser corriqueiro, mas sim inédito. E, principalmente, deve estar totalmente fora do seu alcance de visão e de ação.

São exemplos: uma crise econômica, uma praga que dizima uma plantação, uma variação acentuada do câmbio, uma guerra, uma repentina escassez de certa matéria prima, e por aí vai.

- Mas até mesmo quando o fato que provocou o desequilíbrio do contrato **for previsível ainda é possível pedir a revisão, desde que as consequências deste ato seja incalculável!** As eleições presidenciais, por exemplo, são fato previsíveis. Porém as consequências no mercado da vitória de um ou de outro candidato são impossíveis de serem previstas e, por isso, podem justificar o reequilíbrio.

Do contrário, a lei entende que o contratado deve suportar a alteração de preços do mercado, por ser parte do risco do seu empreendimento.

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



Portanto, em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Elas até podem provar as consequências, mas não as causas. Por isso, também deve sempre instruir o pedido com documentos que reflitam algumas das situações apresentadas. Pode ser uma notícia de jornal, um comunicado do governo, uma lei recém criada, uma tabela de preços oficial, uma declaração do sindicato patronal ou de trabalhadores, enfim, algo que prove algum dos motivos expostos. Fora isso, também deve ser juntado ao pedido uma planilha detalhada os custos.

Também é importante citar que o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste tem que ser concedido com cautela, a fim de não se beneficiar a contratada em detrimento dos demais licitantes que agindo com prudência apresentaram quando da licitação preços mais condizentes com o mercado.

Diante do que foi exposto não merece provimento o pedido protocolado pela empresa, visto que:

A empresa não apresentou documentos que comprovem que os valores dos itens foram afetados, como matérias em jornais, sites, etc.

A empresa não apresentou planilhas de custos detalhada dos itens solicitados, com valores detalhados e percentuais de custos. A planilha é detalhada com todas as informações que compõe o preço, não somente do valor de um item da composição. Planilha de custos para comprovação do preço ofertado, e do preço reequilibrado.

Também é válido mencionar que, conforme orientação jurídica da Procuradoria do Município de Navegantes, no Parecer 33/2021, não existe possibilidade de reequilíbrio econômico financeiro, caso os valores ultrapassem o limite legal de 25%, e no caso em tela a empresa solicita reequilíbrio de 31% nos valores ofertados em ambos os itens.

E é válido citar, conforme mencionado, que o reequilíbrio deve ser dado com cautela, visto que os participantes com prudência ofertaram preços condizentes com o mercado, isso se dá, pois muitas empresas participam das licitações com preços baixos, e logo após solicitam reequilíbrio. No caso em tela se torna evidente, quando comparados os preços ofertados no certame, em primeiro momento em razão ao preço sugerido pela administração, onde consta



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50**

o item 2 R\$36,28 e no item 3 R\$30,30, preço esse equiparado ao preço sugerido no reequilíbrio.

Também é válido mencionar que os preços tanto da carne, quanto dos insumos e combustível, sempre se mantiveram em alta, principalmente após a pandemia, não sofrendo aumentos bruscos no período compreendido no reequilíbrio.

A empresa deve ser cautelosa em caso de participação de registros de preços, principalmente na atual situação que estamos enfrentando diante da pandemia.

De acordo com os argumentos apresentados, a falta de apresentação de documentos exigidos para comprovação de desequilíbrio, decide-se por indeferir o pedido formulado, e a resposta negativa não garante o direito da empresa de pedir o cancelamento do item, visto que a empresa assumiu o risco no momento em que participou do certame.

Diante disso solicitamos a entrega imediata dos itens, caso existam AF's geradas, sob pena, de abertura de processo administrativo.

Navegantes, 26 de julho de 2021.

**ELLINTON PEDRO DE SOUZA
ASSESSOR TÉCNICO II – SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**